

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito à manifestação do pensamento é irrestrito, ainda que sob a forma anônima.
- b) Apesar da inviolabilidade dos domicílios, é possível neles adentrar em cumprimento a determinação judicial a qualquer hora do dia ou da noite.
- c) As desapropriações reclamam sempre prévia e justa indenização em dinheiro.
- d) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser quebrado por determinação judicial ou de deliberação de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- e) A obtenção de certidões em repartições públicas para esclarecimento de situações de interesse pessoal independe do pagamento de taxas.

2) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer cidadão pode propor ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico.
- b) O mandado de injunção se aplica às hipóteses em que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos constitucionais.
- c) O *habeas data* pode ter por objeto tanto o conhecimento, quanto a retificação de informações do próprio impetrante constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político ou por organização sindical, entidade de classe ou associação regularmente constituída.
- e) O *habeas corpus* será concedido a quem sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

3) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição poderá ser emendada por iniciativa popular, subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três

décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

b) As propostas de emenda à Constituição não podem versar sobre a abolição de direito e garantias individuais.

c) Ressalvadas as exceções previstas na própria Constituição, as medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período.

d) As leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta dos membros do Senado e da Câmara de Deputados.

e) O veto do Presidente da República a projeto de lei não pode atingir apenas uma ou algumas palavras ou locuções, devendo abranger o texto integral de artigo, parágrafo ou alínea.

4) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos dos Municípios.

c) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

e) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Supremo Tribunal Federal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

5) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar originariamente os juízes federais da área de sua jurisdição, inclusive os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns praticados contra a vida (homicídio, induzimento ao suicídio, infanticídio e aborto).

b) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar o mandado de segurança impetrado contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal a ele vinculado.

c) Quando a comarca não for sede de Vara Federal, compete à Justiça Estadual julgar mandado de segurança impetrado contra atos praticados por autoridades federais em matéria previdenciária.

d) Compete à Justiça Estadual o julgamento dos processos que envolvam segurador e autarquia federal responsável pela concessão ou revisão de benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho.

e) Compete aos juízes federais julgar causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

6) Assinale a alternativa INCORRETA. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir os seguintes tributos:

a) Impostos.

b) Taxas.

c) Contribuições de melhoria.

d) Empréstimos compulsórios.

e) Contribuições para custeio de sistema de previdência e assistência social de seus servidores públicos efetivos.

7) Assinale a alternativa INCORRETA. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) Instituir tratamento desigual entre contribuintes.

b) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

c) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os instituiu.

d) Utilizar tributo com efeito de confisco.

e) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização das vias públicas.

8) Assinale a alternativa incorreta. Compete à União instituir impostos sobre:

a) A renda e os proventos de qualquer natureza.

b) As grandes fortunas.

c) A propriedade territorial rural e urbana.

d) As operações de crédito, câmbio e seguro.

e) A importação de produtos estrangeiros.

9) Assinale a alternativa INCORRETA. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

a) A moratória.

b) O parcelamento.

c) As impugnações e os recursos interpostos administrativamente, na forma da legislação tributária.

d) A penhora de bens de qualquer valor realizada em execução fiscal.

e) A decisão judicial.

10) São causas de extinção do crédito tributário, EXCETO:

a) O pagamento.

b) A compensação.

c) A prescrição e a decadência.

d) A dação em pagamento de bens móveis ou imóveis.

e) A remissão.

PROCESSO CIVIL

11 - Analise as proposições a seguir sobre os Juizados Especiais Cíveis Federais - lei 10.259/2001.

I - A competência civil envolve causas até o valor de sessenta salários mínimos, ressalvadas, entre outras, as ações de mandado de segurança, as de desapropriação e as de execução fiscal.

II - Ao juiz é defeso proferir medida cautelar no curso do processo.

III - A fazenda pública dispõe de prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

IV - Podem ser partes, como rés, a União, suas autarquias, fundações, empresas públicas federais e as sociedades de economia mista.

V - No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal, a sua competência é absoluta.

Indique quais afirmativas são as CORRETAS:

- a) I, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I e III
- d) I e V
- e) IV e V

12 – Em relação aos Juizados Especiais Cíveis :

I - A sentença proferida deverá conter os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado relatório, devendo o Juiz proferir sentença líquida, ainda que genérico o pedido.

II - Das sentenças proferidas cabe recurso, no prazo de quinze dias, para uma das Turmas Recursais, no efeito apenas devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável à parte.

III – Admite-se citação por edital, bem como reconvenção.

IV - Quando, no Juizado Especial, deixar o autor de comparecer a qualquer das audiências do processo, inclusive à sessão de conciliação, o processo será extinto sem julgamento do mérito.

V - Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

Quantas proposições estão CORRETAS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

13 - Examine as assertivas abaixo acerca do procedimento disposto na lei 12.016/09 – mandado de segurança:

I - A sentença que denegar o mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impede que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e respectivos efeitos patrimoniais.

II - A sentença que concede a segurança não está sujeita ao reexame obrigatório.

III - Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato

contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.

IV - Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

V - Não cabe mandado de segurança de ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução.

Indique quais afirmativas estão CORRETAS:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) III, IV e V
- d) II, IV e V
- e) I, III e V

14 - Sobre a ação de mandado de segurança, analise as proposições abaixo.

I - Considera-se autoridade coatora o superior que encampa o ato do inferior hierárquico e tem competência para adotar as medidas necessárias à satisfação do direito invocado, caso concedida a segurança.

II - Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.

III - O impetrante poderá valer-se de todos os meios de prova em direito admitidos.

IV - A autoridade coatora deverá ser intimada, para, no prazo de 10 dias, prestar as informações que achar necessárias.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) se apenas as proposições I, II e IV estiverem corretas.
- b) se apenas as proposições I, III e IV estiverem corretas.
- c) se apenas as proposições II, III e IV estiverem corretas.
- d) todas as proposições estão incorretas.
- e) todas as proposições estão corretas.

15 – Quanto ao procedimento de execução fiscal disposto na lei 6.830/80, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

b) O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora.

c) Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração.

d) Far-se-á a intimação da penhora ao executado mediante publicação, no Órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.

e) O Juiz julgará extinto o processo, quando não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.

PROCESSUAL PENAL

16) Julgue os itens seguintes, com base no direito processual penal e marque o número de alternativas certas na questão.

a) A lei processual penal, no tocante à aplicação da norma no tempo, como regra geral, é guiada pelo princípio da imediatidade, com plena incidência nos processos em curso, independentemente de ser mais prejudicial ou benéfica ao réu, assegurando-se, entretanto, a validade dos atos praticados sob a égide da legislação anterior.

b) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, apenas depois de autorizado pelo Ministério Público.

c) A autoridade policial assegurará no inquérito policial o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

d) admite-se ação privada subsidiária da pública nos crimes de ação pública, quando o inquérito for arquivado, por despacho do juiz, e a requerimento do promotor de justiça.

e) Embora o inquérito policial tenha natureza de procedimento administrativo informativo, e não de ato de jurisdição, os vícios nele existentes podem contaminar a ação penal subsequente, com base na teoria norte-americana dos frutos da árvore envenenada, ou fruits of the poisonous tree.

Estão corretas

- a) 01 alternativa
- b) 02 alternativas
- c) 03 alternativas
- d) 04 alternativas
- e) 05 alternativas

17- Quanto as espécies de ação penal, marque a correta.

I. Ação penal que somente pode ser proposta pelo Ministério Público.

II. Ação penal em que a legitimidade ativa é exclusivamente da pessoa ofendida, não se admitindo que sucessores assumam o pólo ativo da ação em curso.

III. Ação penal que só pode ser proposta pelo Ministério Público se houver representação da vítima.

As referidas ações penais são denominadas, respectivamente, de:

a) ação penal privada personalíssima, ação penal pública incondicionada e ação penal pública condicionada.

b) ação penal pública incondicionada, ação penal privada personalíssima e ação penal pública condicionada.

c) ação penal pública condicionada, ação penal privada personalíssima e ação penal pública incondicionada.

d) ação penal popular, ação penal exclusivamente privada e ação penal pública condicionada.

e) ação penal pública condicionada, ação penal privada exclusiva e ação penal privada subsidiária da pública

18) Compete a Justiça Federal processar e julgar:

a) o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.

b) o crime praticado em detrimento de sociedade de economia mista.

c) os crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.

d) o crime em que indígena figure como autor ou vítima.

e) o crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

19)- Quanto a competência pela prerrogativa de função, em relação às pessoas que devam responder perante Tribunais por crimes comuns e de responsabilidade, é atribuída a quem? Assinale a alternativa mais completa.

a) É atribuída ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

b) É atribuída ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e às Varas Municipais.

c) É atribuída ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

d) É atribuída exclusivamente ao Conselho Nacional de Justiça.

e) Nenhuma alternativa está correta.

20) Quanto ao cumprimento das cartas precatórias expedidas pelo Juiz federal e a competência do juiz estadual:

a) não tem competência para cumprir carta precatória expedida por juiz federal, tendo em vista a diferença entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual.

b) não tem competência para cumprir carta precatória expedida por juiz federal, tendo em vista o Princípio da Indelegabilidade da jurisdição .

c) não tem competência para cumprir carta precatória expedida por juiz federal, pois não é da mesma hierarquia do juiz federal.

d) tem competência para cumprir carta precatória expedida por juiz federal.

e) tem competência para cumprir carta precatória expedida por juiz federal, desde que autorizado pelo tribunal.

DIREITO PENAL

21. São princípios informadores do direito penal, expressamente previstos em lei, exceto:

a) legalidade ou reserva legal

b) anterioridade

c) intervenção mínima

d) individualização da pena

e) retroatividade da lei penal benéfica

22. Sobre o princípio da insignificância no Direito Penal:

I – É possível sua aplicação, de acordo com a jurisprudência majoritária, em delitos patrimoniais cometidos com violência, desde que o valor do bem subtraído seja irrisório;

II – Verificando-se a existência dos elementos informadores do princípio da insignificância e sua consequente aplicação no caso concreto, tem-se

afastada a tipicidade conglobante. Todavia, a Tipicidade Penal continua presente e, por conseguinte, faz-se possível a configuração de fato típico.

III – O princípio da insignificância, de acordo com entendimento recente das cortes superiores, pode ser aplicado aos crimes de contrabando ou descaminho.

Estão incorretas:

a) I e III

b) I e II

c) I, II e III

d) II e III

e) todas estão corretas.

23. Sobre o delito de apropriação indébita previdenciária:

a) É fundamental que a apuração do débito na esfera administrativa tenha sido concluída para fins de ajuizamento de ação penal.

b) Compete à Justiça Federal a apuração de tais delitos, que se processa mediante ação penal pública condicionada à representação pela autarquia previdenciária.

c) Não exclui a punibilidade do delito o parcelamento do débito na esfera administrativa, antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

d) É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena se o agente for primário e de bons antecedentes desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal ou depois do oferecimento da denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios.

e) Pune-se o delito de apropriação indébita previdenciária, inclusive, na modalidade culposa.

24 – Sobre o crime de lavagem de capitais:

I - A pena imputada ao delito será aumentada de 1 (um) a 2/3 (dois terços), se os crimes definidos na lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa;

II - Possui rol taxativo de crimes antecedentes que ensejam o cometimento dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores obtidos pela perpetração do delito antecessor;

III - trata-se de crime comum e material;

IV – Não admite a redução da pena pela delação premiada;

Estão incorretas:

- a) II e IV
- b) II e III
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I e III

25 – A desistência voluntária:

- a) Encontrando-se o agente praticando somente os atos preparatórios do delito, pode-se falar em desistência voluntária;
- b) É caracterizada quando o agente é interrompido durante os atos de execução, ou esgota tudo aquilo que tinha ao seu alcance para chegar à consumação da infração penal, que somente não ocorre em virtude de circunstâncias alheias a sua vontade;
- c) Havendo desistência voluntária, responde o agente pelos atos já praticados, ficando afastada a sua punição pela tentativa da infração penal por ele pretendida inicialmente.
- d) A lei penal exige que a desistência seja voluntária e espontânea, importando para fins de diminuição de pena se a idéia de desistir no prosseguimento da execução criminosa partiu do agente, ou se foi induzido a isso por circunstâncias externas, não bastando a voluntariedade da desistência.
- e) Aplicam-se os benefícios da desistência voluntária ainda que o resultado do crime, cuja execução se iniciou, ocorra efetivamente.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

26) - Sobre a pensão por morte, julgue os itens a seguir:

- I – O cônjuge deverá comprovar dependência econômica em relação ao falecido, sendo este requisito ínsito para concessão do benefício de pensão por morte;
- II – Sendo o possível beneficiário maior inválido, a incapacidade deverá ser existente na época do óbito do instituidor para que a pensão por morte seja devida;
- III – Não são considerados dependentes e, por conseguinte, beneficiários da pensão por morte, os filhos do falecido maiores de 18 e menores que 21 anos, exceto se comprovada incapacidade ao tempo do óbito;
- IV – O companheiro possui em relação ao falecido dependência Econômica presumida, razão pela qual faz jus ao benefício;

V – A pensão por morte prescinde de carência, bastando a comprovação de que o instituidor possuía qualidade de segurado da previdência social ao tempo do óbito.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, III e V
- b) I, II e IV
- c) II, III e V
- d) II, IV e V
- e) III, IV e V

27) – Sobre o Benefício do Amparo Assistencial (LOAS), marque a alternativa incorreta:

- a) Garante ao idoso, maior de 70 anos, benefício no valor de 1 salário mínimo, inclusive com pagamento de abono natalino.
- b) Devido ao portador de deficiência desde que se comprove estado de miserabilidade.
- c) O idoso ou deficiente que comprovadamente estejam enquadrados na condição de miserabilidade exigida pela lei, fazem jus ao benefício em comento, ainda que não tenham contribuído para a previdência social.
- d) A remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz não acarretará a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 (dois) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício.
- e) A condição de miserabilidade do idoso ou deficiente restará configurada, de acordo com a lei, quando a renda per capita familiar for inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, estando inserido no mencionado grupo familiar, no escopo de quantificação da renda susomencionada, os irmãos solteiros e os filhos de qualquer idade, desde que vivam sob o mesmo teto.

28) – Sobre a qualidade de segurado, não se pode afirmar:

- a) Que será mantida até 12 (doze) meses após o livramento, estando o segurado retido ou recluso;
- b) Que será mantida até 24 (vinte e quatro) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;
- c) Será mantida, sem limite de prazo, para quem está em gozo de benefício;
- d) A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês

imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados no art. 15 da lei 8.213/91.

e) O segurado desempregado que comprove sua situação pelo registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, terá qualidade de segurado prorrogada por mais 12 (doze) meses.

29) – Para concessão do auxílio-reclusão:

a) será considerada a renda dos dependentes do segurado recolhido à prisão, para fins de concessão do benefício;

b) O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, somado à condição financeira do preso (segurado);

c) A legislação exige que o cônjuge comprove a dependência econômica em relação ao segurado preso para fins de concessão do benefício;

d) deverá o segurado preso comprovar, semestralmente, a permanência de sua condição de presidiário para fins de continuidade ao auxílio;

e) Para concessão do auxílio-reclusão, exige-se carência mínima de 12 (doze) meses.

30) – Sobre os benefícios previdenciários, assinale a alternativa incorreta:

a) A concessão de aposentadoria especial depende da comprovação pelo segurado de que o trabalho por ele exercido era realizado em condições prejudiciais à saúde e integridade física, de forma não ocasionais;

b) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

c) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher, reduzido em 5 anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

d) A legislação aplicável para concessão da pensão por morte será a vigente na época do requerimento administrativo formulado pelo dependente à autarquia previdenciária.

e) O valor a ser pago ao segurado beneficiário da aposentadoria por tempo de contribuição será na ordem de 100% do salário de benefício, sendo obrigatório o manejo do fator previdenciário.

DIREITO CIVIL

31) Analise as seguintes assertivas acerca da capacidade civil.

I – A emancipação voluntária pode ser concedida pelos pais, ou por um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial;

II – São relativamente incapazes os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

III – São absolutamente incapazes os que não puderem exprimir sua vontade, mesmo que transitoriamente.

IV – Pode ser declarada morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até 1 (um) ano após o término da guerra.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II, III
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV

32) Quanto à prova estabelecida no Código Civil, é INCORRETO afirmar:

a) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se da sua recusa.

b) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.

c) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

d) A prova exclusivamente testemunhal, somente se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse três vezes o maior salário mínimo vigente no país ao tempo de sua conclusão.

e) A confissão é irrevogável, mas pode ser anulada se decorreu de erro de fato ou de coação.

33). Sobre o instituto do domicílio previsto no Código Civil, é INCORRETO afirmar que:

a) A pessoa jurídica de direito privado, possuindo diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

b) O militar do exército, em regra, tem por domicílio a sede do comando a que se encontra imediatamente subordinado.

c) O agente diplomático do Brasil, que citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

d) O domicílio do servidor público é o lugar onde exerce permanentemente suas funções.

e) Se a pessoa natural tiver diversas residências onde alternadamente viva, será considerado domicílio seu qualquer delas.

34). Com relação à prescrição e decadência:

I – A renúncia da prescrição somente poderá ser expressa e é válida se feita sem prejuízo de terceiros, depois que a prescrição se consumar.

II – Salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência, as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

III – Prescreve em 5 anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.

IV – Em regra, a interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores.

O numero de assertivas corretas é:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

35). Sobre os negócios jurídicos, o Código Civil estabelece que:

a) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento, mas o autor da coação responderá por perdas e danos que houver causado ao coacto.

b) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas poderá alegá-lo para anular o negócio.

c) Não se presumem fraudatórias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

d) Ocorre a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

e) O dolo do representante legal e convencional de uma das partes obriga o representado a responder solidariamente com ele por perdas e danos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36) São princípios que regem a Administração Pública, EXCETO:

- a) Discricionariedade.
- b) Eficiência.
- c) Responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.
- d) Ética.
- e) Publicidade.

37) São atributos dos atos administrativos, EXCETO:

- a) Autotutela.
- b) Imperatividade.
- c) Executoriedade.
- d) Presunção de legitimidade.
- e) Irrevogabilidade.

38) São modalidades de licitação, EXCETO:

- a) Carta de crédito.
- b) Tomada de preços.
- c) Convite.
- d) Concurso.
- e) Leilão.

39) Constituem espécies de limitações administrativas incidentes sobre a propriedade privada, EXCETO:

- a) Ocupação temporária.
- b) Ebulho administrativo.

- c) Desapropriação.
- d) Servidão administrativa.
- e) Tombamento.

40) É direito do servidor público efetivo:

- a) Irredutibilidade de cada vantagem pecuniária integrante de sua remuneração.
- b) Vitaliciedade.
- c) Acumulação remunerada de cargos públicos, independente de sua natureza, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) Reajuste periódico de vencimentos por índice correspondente à variação da inflação no período.
- e) Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas.